

A remuneração dos professores das escolas públicas municipais de Florianópolis na RAIS

Marcos Edgar Bassi

O texto reúne uma análise descritiva de dados e informações sobre os professores da rede municipal de ensino de Florianópolis extraídos de bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do período de 2006 a 2014. Para o mesmo período, a remuneração média dos professores (variável de interesse) dessa mesma fonte é cotejada com as matrículas e o número de docentes de educação básica do Censo Escolar; com o valor aluno ano/ano das séries iniciais do ensino fundamental urbano calculado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); com o gasto por aluno/ano calculado a partir das despesas realizadas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino extraídas de demonstrativos do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), estas duas últimas informações encontradas no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); com o salário mínimo nacional e com o Piso Salarial Profissional Nacional (variáveis explicativas)¹.

No contexto da política educacional do período estiveram em vigor políticas públicas que tencionaram os governos estaduais e municipais a elevarem a remuneração do magistério exemplificados acima pelo Fundeb e pelo PSPN. O contexto macroeconômico foi marcado por um período de desempenho positivo da economia e consequente crescimento da arrecadação tributária, favorecendo a efetivação de tais políticas.

O cotejamento é avaliado pela verificação e análise estatística da associação, por meio de regressão e correlação linear simples, entre a variável remuneração média, representada por uma tipologia mais representativa da remuneração média dos professores municipais, e as variáveis explicativas mencionadas.

Na RAIS as informações são apresentadas como vínculos de emprego, com diversas características. No que diz respeito a trajetória anual dos vínculos de emprego informados pela Prefeitura de Florianópolis relativos aos seus professores de educação básica aqui enfocados, constatou-se uma trajetória oscilante, mas crescente no período. Em 2006, haviam 2034 vínculos enquanto em 2014 já eram 3182, perfazendo um crescimento de 56,44%. Nesse

¹ A extração e organização dos dados foi providenciada pela equipe de pesquisadores do NUPE sediado no Setor Educação da Universidade Federal do Paraná. Atividade desenvolvida no âmbito da pesquisa *remuneração de professores de escolas públicas de educação básica no contexto do Fundeb e do PSPN* apoiada pelo Observatório da Educação, por meio do Edital nº 049/2012/CAPES/INEP.

conjunto, os tipos de vínculo dos professores são registrados como estatutários, temporários e, residualmente, como servidor não efetivo.

Os vínculos temporários, em menor número no início do período, ultrapassam os vínculos estatutários ainda em 2008, ampliando continuamente a diferença chegando a representar 57% do total de vínculos em 2014. O tempo de emprego, organizado em faixas de 5 anos, reflete esse movimento que priorizou os temporários, pois os vínculos com menos de 5 anos passam de 41 para 55%. Os vínculos com tempo de emprego entre as faixas de 5 e 10, 10 e 15, 15 e 20, 20 e 25 e mais de 25 anos, nos quais distribuem-se estatutários, oscilam em suas trajetórias em função dos dispositivos de progressão da carreira do magistério. Pode-se supor que ao privilegiar uma política de contratação de temporários em lugar de concursos públicos, a prefeitura procurou atenuar o crescimento da folha de pagamentos e, por decorrência, a elevação deste item de despesas no orçamento da educação.

Quanto a formação dos professores, os vínculos informam o predomínio de professores com ensino superior completo ou graduação, a qual cresceu cerca de 130% no período. Desse modo, em 2014, 76% dos professores são formados em nível de graduação. Embora os números não mostrem, essa categoria inclui um grande número de professores com alguma especialização obtida em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Outro nível de formação mais significativa, condizente com o atendimento escolar de educação infantil e séries iniciais de ensino fundamental cabível a uma prefeitura, é o de ensino médio completo, mas que veio diminuindo em números absolutos e relativos, alcançando 17,5% do total. Na outra ponta da formação, cresceu o número de professores com mestrado. No tocante à jornada de trabalho desses professores, esta manteve-se praticamente estável ao longo do período, em que 51% deles cumpriam 40 horas semanais, 39%, 20 horas e 8%, 30 horas.

A combinação dos diferentes vínculos de emprego, formações, jornadas semanais e faixas de tempo de serviço gera uma estratificação de 92 tipos de professores. Apenas os 10 tipos mais significativos representam 68% dessa tipologia, os quais são apresentados na Tabela 1.

TABELA 1 - Número de professores segundo o vínculo de emprego, formação, jornada e tempo de serviço, 2006 a 2014

TIPO	Total de vínculos de 2006-2014		Ano								
	n	%	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Temporário, graduação, 20h, <5	3.906	16,7%	-	131	465	302	729	472	550	623	634
Estatutário, graduação, 40h <5	1.924	8,2%	250	150	209	221	226	167	204	224	273
Estatutário, graduação, 40h >=10<15	1.541	6,6%	253	212	251	224	119	102	140	123	117
Estatutário, graduação, 40h >=15<20	1.514	6,5%	188	93	88	144	229	212	178	204	178
Estatutário, graduação, 40h >=5<10	1.507	6,4%	111	158	143	134	130	248	180	198	205
Temporário, ensino médio, 20h, <5	1.369	5,9%	363	71	129	62	124	89	139	186	206
Estatutário, graduação, 40h >=20<25	1.077	4,6%	63	159	179	135	131	157	81	69	103
Estatutário, graduação, 40h >=25 anos	672	2,9%	27	38	39	78	68	53	134	126	109
Temporário, graduação, 40h <5	1.787	7,6%	-	76	177	143	244	324	282	308	233
Temporário, graduação, 30h, <5	574	2,5%	-	38	101	58	112	75	56	66	68
	15.871	67,9%	1.255	1.126	1.781	1.501	2.112	1.899	1.944	2.127	2.126

Fonte: elaborado pela equipe de pesquisadores do Núcleo Políticas Educacionais (NUPE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com base nos microdados da RAIS / MTE referente aos anos de 2006 a 2014.

Nessa tipologia mais significativa, a metade dos tipos de vínculo têm menos de 5 anos de tempo de serviço. Nessa categoria, os professores temporários, com graduação, jornada de 20 horas e menos de 5 anos de vínculo, mesmo emergindo a partir de 2007 são o tipo mais importante em 2014, com 30% dos vínculos. Em seguida, outros 13% são de professores estatutários, com graduação, jornada de 40 horas semanais, também com mesmo de 5 anos. Ao lado destes, também na faixa dos 5 anos de serviço, e também emergindo a partir de 2007, aparecem os professores temporários, com graduação e jornada de 40 horas semanais. Esses tipos de temporários com menos de 5 anos de vínculo reforçam a suposição de que a prefeitura optou pela mitigação das despesas com a folha de pagamentos e com o orçamento da educação. Pode-se observar também que os vínculos estatutários, com jornada de 40 horas comparece em 6 tipos, contemplando todas as faixas de tempo de serviço e, por decorrência, a movimentação na carreira do magistério municipal.

O Gráfico 1 dispõe as trajetórias da remuneração média de cada um dos tipos de professores em foco. Os valores monetários estão atualizados para o poder de compra de dezembro de 2014. Entre os vários aspectos que podem chamar a atenção cabe destacar que a remuneração média dos temporários, além de figurar nos menores patamares ao longo do período, apresenta uma trajetória praticamente estável em torno dos R\$ 2 mil mensais. As jornadas de 20 e 30 horas justificam os baixos valores médios de três delas. Contudo, quando se toma em destaque os valores e a trajetória dos professores temporários, graduação, 40 horas, com menos de 5 anos de serviço constata-se uma diferença significativa em relação aos valores e trajetórias dos estatutários, graduação, 40 horas. Nestes, a trajetória ascendente da remuneração média advém da progressão regular na carreira, que eleva o vencimento e, conseqüentemente, as vantagens a ele vinculadas. A remuneração dos temporários está, por lei, vinculada apenas ao valor do vencimento inicial básico da carreira e se modifica na medida em que esse vencimento é alterado, por isso a sua trajetória é estável.

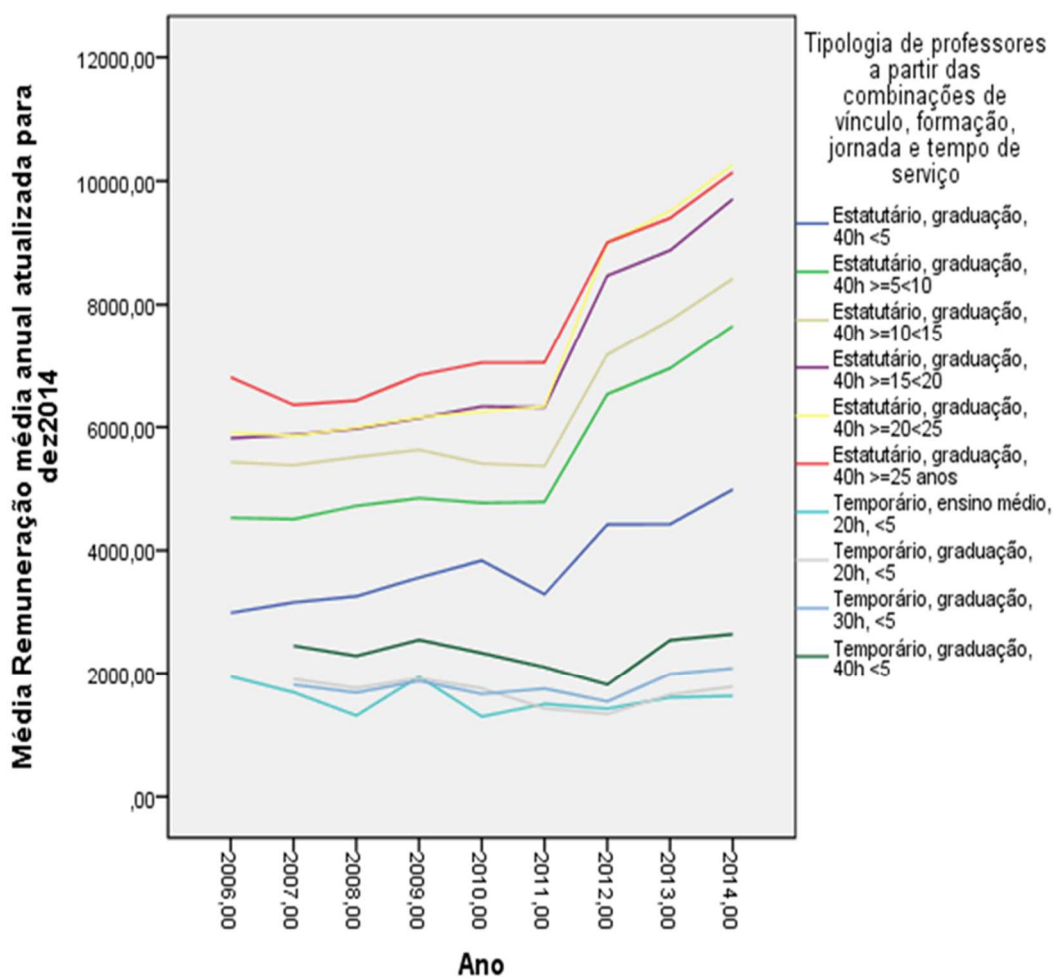


GRÁFICO 1 - Remuneração média da tipologia mais significativa de professores, 2006 a 2014 (valores atualizados pelo INPC para dez/2014)

Fonte: elaborado pela equipe de pesquisadores do Núcleo Políticas Educacionais (NUPE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com base nos microdados da RAIS / MTE referente aos anos de 2006 a 2014.

A trajetória ascendente da remuneração média dos professores estatutários, graduação, 40 horas, com menos de 5 anos, a qual encontra-se logo acima das dos temporários, só não acompanha a trajetória dos outros estatutários exatamente pela entrada da carreira de novo professores, cuja remuneração inicial da carreira atenua o ritmo de crescimento da sua média.

Cabe chamar atenção também para o pico de elevação da remuneração média dos estatutários em 2012 e nos anos seguintes da série histórica. Nesses anos, a incorporação escalonada de uma gratificação importante nos vencimentos dos estatutários, repercutiu na elevação da sua remuneração, na medida em que as vantagens, que somadas aos vencimentos compõem a remuneração, são definidas como um percentual incidente sobre os vencimentos. Exemplo disso são a Gratificação de Dedicção Exclusiva à jornada de 40 horas que é calculada em 40% sobre o valor do vencimento e a Gratificação de Regência de Classe calculada em 10%

sobre o valor do vencimento. Assim, a incorporação de uma gratificação que inicialmente reduziria a remuneração é imediatamente compensada pelo aumento do valor nos vencimentos e das vantagens a eles vinculadas.

No computo final, o menor valor da soma da remuneração média dos professores temporários, estes em número crescente e significativo em relação aos estatutários, como visto acima, é outra evidência que reforça a suposição de atenuação das despesas com folha de pagamentos, pois de certa forma, isso acaba mitigando o impacto do crescimento das despesas que decorre do aumento “natural” da soma da remuneração média dos estatutários.

De modo a procurar explicar a trajetória da remuneração daqui em diante o texto dá espaço a dois procedimentos de análise. Primeiro, a média remuneratória total e a média remuneratória 40 horas, informações disponíveis nas bases da RAIS, são confrontadas com as trajetórias das matrículas, com o número de docentes da educação básica municipal, com o gasto aluno (valor aluno ano) do Fundeb, com o gasto aluno/ano em MDE, com o PSPN e do salário mínimo nacional. No segundo momento é aferida, por meio da técnica estatística da correlação linear simples, a associação explicativa dessas últimas variáveis em relação à tipologia de vínculos anteriormente destacada.

A Tabela 2 reúne a evolução das variáveis acima mencionadas. Quase todas elas crescem continuamente no período, exceto exatamente pelas variáveis da remuneração. A remuneração média 40 horas, em especial, flutua em torno de R\$ 4.500, enquanto a remuneração média, ainda que oscile, apresenta um maior valor no último ano. Ambas crescem a partir de 2012, repercutindo a incorporação da gratificação aos vencimentos.

Esse movimento pode ser melhor visualizado no Gráfico 2, que ilustra a variação de crescimento das variáveis ao longo do período, tomando os números de 2006 como base 100 de referência. As trajetórias ascendentes do gasto aluno Fundeb e do gasto alunos total aplicado em despesas de MDE indicam, respectivamente, a crescente disponibilidade de receitas adicionais provenientes daquele fundo e o correspondente aumento das despesas por aluno na rede, ao mesmo tempo em que as duas variáveis da remuneração média dos professores apresentam variações bem menores. Convém lembrar que a remuneração dos vínculos temporários funciona como atenuante do crescimento da remuneração dos estatutários, como vem sendo destacado ao longo das análises.

TABELA 2 - Evolução do número de matrículas, docentes, PSPN, salário mínimo, gasto-aluno e remuneração média, 2006-2014 (valores atualizados pelo INPC para dez/2014)

Aspectos	valores	Ano								
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Número de matrículas ¹	número absoluto	24.941	26.175	26.339	26.883	26.892	27.199	27.417	27.930	27.612
Número de docentes ¹	número absoluto		1.241	1.372	1.322	1.357	1.353	1.420	1.505	1.525
Gasto-aluno FUNDEB ²	R\$ - valor real		1.726	2.159	2.506	2.803	3.221	3.291	3.328	3.532
Gasto-aluno MDE ³	R\$ - valor real	7.211	6.729	7.251	8.174	8.837	8.801	9.065	9.654	10.256
PSPN ⁴	R\$ - valor real				1.281	1.302	1.421	1.639	1.677	1.710
Salário Mínimo ⁵	R\$ - valor real	473	527	583	627	648	652	703	725	730
Remuneração média ⁶	R\$ - valor real	3.972	4.152	3.475	4.093	3.387	3.487	4.377	4.579	4.885
Remuneração média 40h ⁶	R\$ - valor real	4.456	4.450	3.994	4.522	4.039	3.888	4.041	4.191	4.561

Fontes:

(1) Elaborado por pesquisadores do NUPE, a partir dos microdados do Censo Escolar dos anos de 2007 a 2014. Não é possível comparar com dados do Censo Escolar até 2006.

(2) Dados Financeiros (SIAFI) disponíveis em Repasse Consolidado (Por UF, esfera de governo, origem e mês): <http://www.fn.de.gov.br/component/k2/itla> foram retiradas do Sinro de matrículas retiradas do Sinro opse do Censo Escolar

(3) Elaborado por pesquisadores do NUPE, a partir dos microdados do Censo Escolar dos anos 2007 a 2014 e Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS (SIOPE/FNDE/MEC)

(4) Valores constantes nas portarias interministeriais que estabeleceram os valores em cada ano do período analisado.

(5) Valores apresentados no site do DIEESE (www.dieese.org.br)

(6) Elaborado por pesquisadores do NUPE, a partir dos microdados da RAIS / MTE dos anos de 2006 a 2014

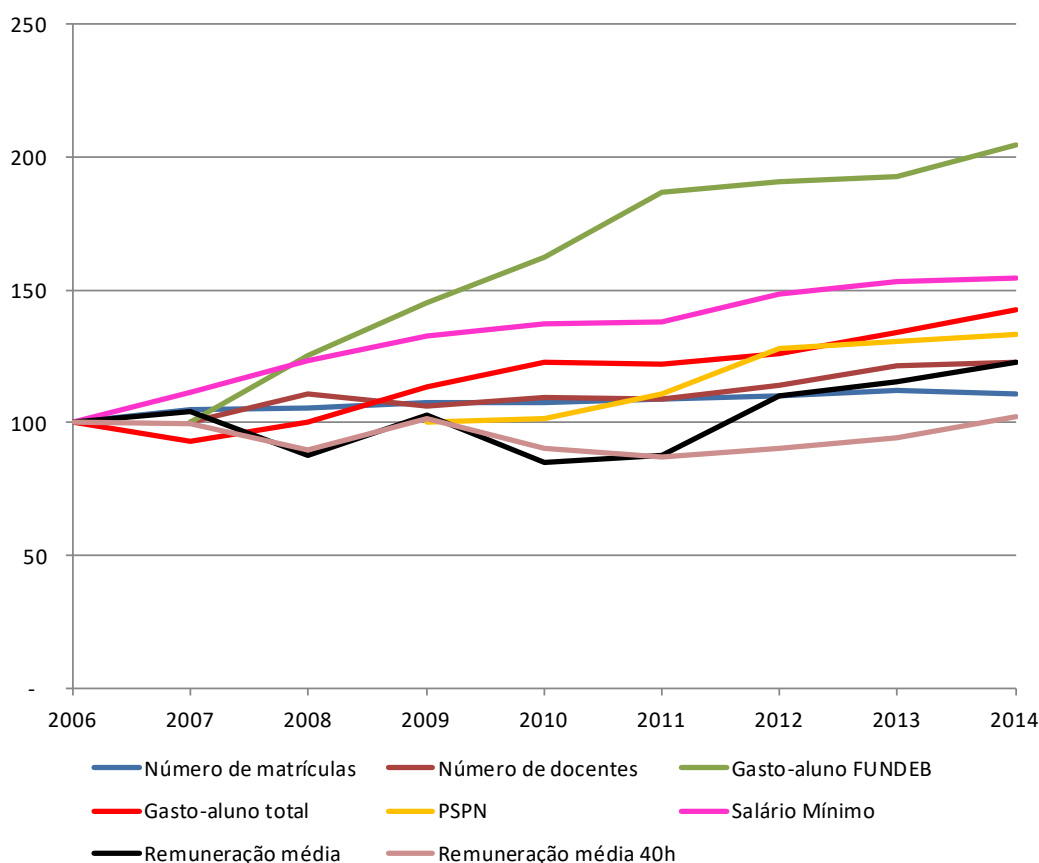


GRÁFICO 2 - Evolução do número de matrículas, docentes, PSPN, salário mínimo, gasto-aluno e remuneração média, 2006-2014 (valores em base 100)

Como último aspecto desta análise da remuneração em base nos dados da RAIS, a Tabela 3 mostra medidas de associação entre a tipologia da remuneração e as variáveis explicativas fazendo uso da técnica da correlação linear simples. Há forte associação quando o número se aproxima de 1 ou -1. Pode-se então perceber que há fortes associações entre as praticamente todas as variáveis explicativas e a remuneração média dos estatutários. Quer dizer,

a trajetória dessas remunerações dos estatutários segue em paralelo ascendente, com forte grau de associação, à trajetória de cada uma das variáveis.

Por outro lado, e com indicadores de menor medida, a remuneração dos temporários nulos moderados ou fracos, uma vez que se aproximam de 0 (zero). Ora, como visto, a remuneração o tratamento dado a essas categorias

TABELA 3 - Análise da associação entre remuneração média e variáveis selecionadas, 2006 a 2014 (valores do r de Pearson e p-valor)

Tipo	Salário mínimo	PSPN	Gasto-aluno fundos	Gasto-aluno Total	Número de matrículas	Número de professores
Estatutário, graduação, 40h <5	,884** ,004	,850* ,032	,789* ,020	,896** ,001	,795* ,010	,884** ,004
Estatutário, graduação, 40h >=10<15	,818* ,013	,939** ,005	,719* ,044	,801** ,009	,682* ,043	,900** ,002
Estatutário, graduação, 40h >=15<20	,870** ,005	,964** ,002	,793* ,019	,861** ,003	,747* ,021	,910** ,002
Estatutário, graduação, 40h >=20<25	,864** ,006	,971** ,001	,784* ,021	,844** ,004	,731* ,025	,906** ,002
Estatutário, graduação, 40h >=25 anos	,899** ,002	,966** ,002	,830* ,011	,876** ,002	,716* ,030	,912** ,002
Estatutário, graduação, 40h >=5<10	,856** ,007	,954** ,003	,769* ,026	,842** ,004	,729* ,026	,915** ,001
Temporário, ensino médio, 20h, <5	-,054 ,899	-,106 ,842	-,111 ,794	-,232 ,549	-,393 ,295	-,136 ,748
Temporário, graduação, 20h, <5	-,492 ,215	-,357 ,487	-,614 ,106	-,395 ,332	-,489 ,219	-,316 ,446
Temporário, graduação, 30h, <5	,316 ,446	,364 ,479	,247 ,555	,414 ,308	,402 ,323	,460 ,251
Temporário, graduação, 40h <5	-,030 ,944	,003 ,996	-,145 ,732	,085 ,841	,022 ,959	,151 ,721

Fonte: elaborado por pesquisadores do NUPE, a partir dos microdados da RAIS, Censo da Educação Básica, valores dos fundos referente a 2006 a 2014.

Pode-se traduzir essa associação ao se considerar que as modificações proporcionadas pela vigência da carreira e a elevação na remuneração a partir de 2012, incorporaram a elevação observadas no gasto aluno calculado com base nos fundos (Fundeb), gasto aluno total e PSPN. O aumento contínuo no número de matrículas, por sua vez, assegurou receita adicional por meio do Fundeb, permitindo o aumento do gasto por aluno. A elevação do número de professores decorre da necessidade de dar conta das novas matrículas, mas por outro lado gera aumento nas despesas com remuneração. A esse respeito, embora tenha-se observado elevação significativa na remuneração dos estatutários, a contratação de maior número de vínculos de temporários

com remuneração menor e estável no período funcionou como atenuante do impacto das despesas com os estatutários.

Conclusões

A RAIS possibilitou uma análise interessante da remuneração dos professores da rede municipal de ensino de Florianópolis condizente com a política educacional implementada.

As diferentes análises empreendidas com esta e outras bases de dados permitiram constatar as variáveis que de alguma forma influenciam na trajetória da remuneração dos professores e como os seus impactos podem ser de alguma forma controlados pela ação governamental.